

Justiça garante cálculo do adicional de insalubridade com base no salário dos empregados

Com o objetivo de discutir as propostas para a construção do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da categoria e informar sobre a Ação que o sindicato ajuizou para garantir que o cálculo do auxílio insalubridade continue a ser aferido tendo como base o salário base dos empregados, o Sindsep realizou hoje, 10, assembleia no Hospital Universitário Presidente Dutra com os empregados e empregadas da EBSEH.

Além do presidente João Carlos, vários diretores e diretoras também estiveram presentes à assembleia, que contou também com a participação do advogado, Paulo Linhares, da assessoria jurídica do Sindsep. Dr. Paulo informou que a justiça concedeu uma Liminar garantindo a continuidade do cálculo do adicional de insalubridade tendo como referência o salário Base dos empregados até que o mérito da Ação seja julgado.

A Liminar não é definitiva, mas já assegura a manutenção do adicional de insalubridade da forma como está no contrato, e isso já é uma vitória”, disse Dr. Paulo Linhares.

O presidente do Sindsep, João Carlos Lima Martins, destacou a importância de da mobilização de todos para que a categoria conseguisse barrar essa arbitrariedade que a direção da empresa estava tentando fazer com os trabalhadores e trabalhadoras da EBSEH. “Tanto a direção do Sindsep, que se utilizou de sua assessoria jurídica, quanto as trabalhadoras e trabalhadores que se mantiveram alertas e mobilizados, mostraram que, quando a classe trabalhadora está uni-



da, as vitórias acontecem”, disse o presidente João Carlos.

Logo após os informes sobre a Ação de insalubridade, foi aberta a discussão sobre as propostas que deverão ser levadas à Plenária Nacional que ocorrerá dias 8,9 e 10 de dezembro, para começar a construção do ACT 2026/27 da categoria.

Mesmo que a discussão do ACT formalmente só comece em março do ano que vem, os sindicatos e a Condesf já estão antecipando a discussão dos pontos que deverão ser anexados ao AC-

T2026/27, dentre eles foram destacados: reajuste salarial com ganho real e não só reposição, o que aconteceu nas últimas negociações; reajuste do ticket alimentação em pelo menos 50%; extensão do auxílio creche para até o fim do ensino fundamental, entre outras.

A direção continuará ouvindo a categoria para anexar todas as propostas, depois irá compilá-las para que possam ser apreciadas na Plenária Nacional que acontecerá dias 8,9 e 10 de dezembro em Brasília.

20 deputados já pularam fora do cavalo de Troia da PEC 30itão



Protocolada há menos de um mês com as 171 assinaturas mínimas necessárias para sua tramitação, a proposta de reforma administrativa (PEC 38/25), conhecida como PEC 30itão, vem perdendo apoio na Câmara dos Deputados. O texto, um verdadeiro “Cavalo de Troia contra o povo brasileiro”, já enfrenta uma debandada de parlamentares. Até o momento, 20 deputados retiraram suas assinaturas do documento.

Entre os motivos apontados para o enfraquecimento da proposta estão os argumentos frágeis apresentados por seus defensores, entre eles, o presidente da Câmara, Hugo Motta, Pedro Paulo e Zé Trovão. Eles afirmam que a PEC teria como objetivo combater supersalários, acabar com férias de 60 dias e eliminar a aposentadoria compulsória para servidores públicos — medidas que não dependem diretamente de uma emenda constitucional para serem implementadas. Há, inclusive, propostas apresentadas no Congresso Nacional que tratam dessas questões.

Além disso, esses pontos

não alcançam sequer 1% dos mais de 12 milhões de servidores e servidoras federais, estaduais e municipais do país. Por isso, a proposta precisa continuar sendo debatida e desmistificada diante da população.

Na prática, a PEC 30itão atinge diretamente os direitos de servidores e da população, ameaçando a manutenção dos serviços públicos e abrindo espaço para a privatização de áreas essenciais, hoje garantidas pela Constituição de 1988.

O texto também ataca a estabilidade dos servidores, fere o pacto federativo e apresenta um perfil fiscalista, privatista e punitivista. Comparada à famigerada PEC 32/20, de Bolsonaro-Guedes, a nova reforma é considerada “ainda pior”. A PEC 32/20 foi avaliada por analistas legislativos e diversos especialistas como o pior já enviada ao Congresso sobre Administração Pública.

Outro ponto de crítica sobre a PEC 38/25 é a falta de debate público sobre o tema. A proposta foi encomendada diretamente pelo presidente da Câmara, Hugo Motta, que criou um grupo de trabalho (GT) para atender aos interesses de repre-

sentantes do mercado financeiro e da “Faria Lima”.

É preciso reforçar o chamado à mobilização popular. A orientação é para que a pressão junto aos parlamentares continue, tanto nas redes sociais quanto em seus escritórios estaduais e no Congresso Nacional.

A participação de todos e todas é essencial para impedir o avanço de uma proposta que ameaça direitos do povo brasileiro e o futuro dos serviços públicos.

Essa é uma vitória da mobilização e da unidade das trabalhadoras e trabalhadores do serviço público. Vamos mostrar que a pressão popular funciona e que a sociedade está atenta. Temos um caminho pela frente e não vamos recuar. Serviço público é direito do povo, não privilégio. É com mobilização, informação e união que vamos enterrar de vez a PEC 30itão e qualquer tentativa de desmontar o Estado brasileiro.

A lista com os nomes dos deputados pode ser vista no site da Condsef – condsef.org.br

Fonte: Condsef